UNIDADE 14

EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

14.1 Educação brasileira e o Regime Militar de 1964 a 1985

Todas as mudanças educacionais dos anos militares foram realizadas com base em acordos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com a United States Agency for International Development (USAID), que, até 1970, deram aos Estados Unidos a liberdade de dirigir os destinos educacionais brasileiros para:

aperfeiçoar o ensino primário; iunho/1964 março/1965 melhorar o ensino médio; modernizar a administração das universidades; junho/1966 delinear a elaboração de todos os livros

O governo militar viu-se obrigado a propor um programa de alfabetização para sanar os índices alarmantes de analfabetismo. Por isso, o governo criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)¹ e o Projeto Minerva,² com o intuito de proporcionar alfabetização e educação continuada para jovens e adultos.

A Constituição de 1967 apontava a obrigatoriedade escolar até os 14 anos e fazia referência aos casos nos quais o ensino superior poderia ser gratuito. Cada estudante que requeresse o direito de gratuidade deveria:

¹ Lei nº 5.379, de 1967.

² Rede de ensino supletivo através do rádio, porque era o meio de comunicação ao qual a maioria das pessoas tinha acesso, mesmo nas cidades do interior.

- provar a falta de recursos através do atestado de pobreza emitido por órgão oficial;
- demonstrar elevado aproveitamento.

Por causa das constantes manifestações contra o governo em diversas universidades públicas, o governo militar realizou a **Reforma Universitária**,³ que trouxe a descentralização das universidades para evitar que estudantes e docentes tivessem contato muito próximo durante o período escolar.

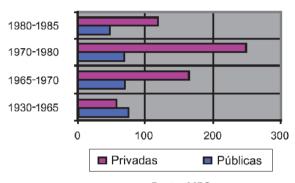
ANTES DA REFORMA	DEPOIS DA REFORMA
Sistema de cátedra — em cada cátedra havia apenas um docente de cada nível de carreira (titular, adjunto, assistente) e vários docentes na categoria de auxiliar de ensino.	Sistema de departamento — mais de um docente em cada nível de carreira, compondo o departamento de acordo com a especificidade de conhecimento.
Curso organizado em anos — 1º ano do curso x; 2º ano do curso x; etc.	Curso organizado em créditos — estudantes cursando as disciplinas em diferentes períodos semestrais.

A Reforma liberou a criação das faculdades particulares e, nesse sentido, o intuito era descongestionar a procura por universidades públicas.

Entre 1964 e 1975, muitas Instituições de Educação Superior (IES) foram criadas, conforme demonstra o gráfico:

³Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Criação de IES



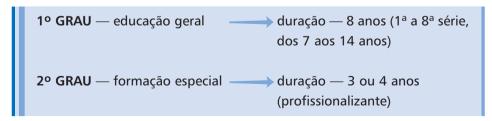
Fonte: MEC

A situação da educação superior hoje reafirma a má distribuição entre instituições públicas e privadas. Apenas 7% das universidades são públicas.

Uma das maiores modificações na educação do regime militar foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (LDB/1971).

O intuito da LDB/1971 era o de preparar um maior número de técnicos no país, para que não houvesse desejo de as pessoas cursarem uma universidade pública. Por isso, o clássico e o científico da LDB/1961 foram extintos, porque o governo não queria mais ter gastos com cursos que preparavam, exclusivamente, para o vestibular.

LDB nº 5.692/1971



O problema das escolas públicas de 2º grau era que não tinham materiais básicos para o desenvolvimento das profissões técnicas. Ao longo dos anos de 1970, as escolas deram diplomas de técnicos a quem não tinha o preparo, porque elas ofereciam, por exemplo, o curso de técnico em laboratório, mas não tinham laboratório.

Esses motivos levaram o governo federal a criar o **Programa** de **Crédito Educativo** como um incentivo para que os/as estudantes conseguissem seu aprimoramento na graduação e assim suprissem a carência técnica. Os que optassem pelo crédito tinham o comprometimento de pagar seus gastos quando conseguissem seus empregos. O sistema de crédito era subsidiado em 90% com recursos do MEC. Muitas faculdades particulares poderiam ter ido à falência se o programa não existisse — esse foi outro motivo para a criação do crédito. No entanto, em 1983, dos 250 mil profissionais contemplados com o programa, 200 mil eram inadimplentes.

Eis alguns dos resultados da ditadura:

- fracasso dos programas de alfabetização houve um acréscimo de mais de 500 mil pessoas ao número de analfabetos que já existia antes desses programas;
- falta de controle sobre a qualidade de ensino nos cursos superiores;
- falência dos cursos profissionalizantes do 2º grau, ocasionando crescimento do número de pessoas desempregadas com o certificado desse grau de ensino.

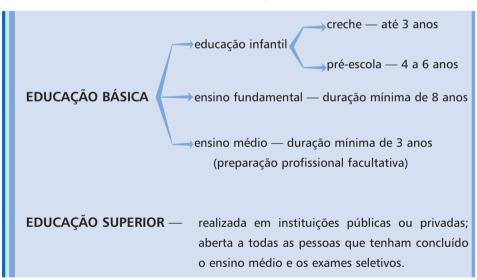
14.2 Contemporaneidade educacional no Brasil pós-1985

A Constituição promulgada em 1988 indicou a responsabilidade do poder público em oferecer educação básica gratuita (art. 208), incluindo:

- as pessoas que não haviam tido oportunidade de frequentar a escola na idade apropriada;
 - as pessoas portadoras de deficiências;
 - as crianças de zero a seis anos, devendo ser atendidas em creches e pré-escolas.

Desde o final dos anos militares, começou-se a pensar na promulgação de uma nova lei de diretrizes da educação. A **Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996** é uma reordenação do sistema educacional como um todo. Darcy Ribeiro foi o mentor da nova lei, que tem muitas semelhanças com a LDB/1961, com a qual ele também estivera envolvido.

LDB nº 9.394/1996



A LDB/1996 é mais completa que as demais LDBs, porque inclui os artigos sobre educação especial, educação de jovens e adultos, e credencia a educação a distância.

14.3 Tendências pedagógicas no mundo contemporâneo

Pode-se afirmar que a educação contemporânea está dividida em três tipos de pedagogia: **tradicional**; **nova** ou **progressista**; e **crítica** ou **radical**.

As características da pedagogia tradicional incluem o seguinte:

- educar é propor modelos;
- apreensão e memorização direta dos conteúdos;
- autoridade do/da docente como fonte inquestionável do saber.

A pedagogia nova ou progressista surgiu a partir dos trabalhos de John Dewey, além das contribuições de Jean Piaget (1896-1980) — que desenvolveu estudos sobre o processo de desenvolvimento infantil — e de Lev Vygotsky (1896-1934) — que enfatizava o papel dos fatores sociais no processo de desenvolvimento da consciência da criança.



Jean Piaget



Lev Vygotsky

Para a pedagogia nova ou progressista,

- escola é fonte de alegria, daí a valorização de atividades individualizadas;
- · aprendizado é descoberta ou autoaprendizagem;
- docentes não são juízes.

A pedagogia crítica ou radical surgiu a partir do pensamento de intelectuais alemães, difundido na Europa e nos Estados Unidos pouco antes da Segunda Guerra Mundial. Eles faziam parte da Escola de Frankfurt, que era um grupo de pesquisadores que escreviam trabalhos de análise social, tendo por base a filosofia marxista. Por criticarem o sistema capitalista, eles foram perseguidos ao longo do século XX, principalmente por Joseph Stalin (1879-1953).⁴

Os intelectuais da Escola de Frankfurt apontaram a escola como reprodutora das desigualdades sociais, porque ela perpetua o sistema capitalista, privilegiando os ricos e fazendo os pobres acreditarem que não têm condições de sucesso. Esses intelectuais também consideravam o trabalho do filósofo italiano **Antonio Gramsci** (1891-1937).



Antonio Gramsci

⁴ Stalin foi Secretário-Geral do governo de Lenin. Antes de falecer, Lenin deixou um testamento no qual criticava a conduta arbitrária de Stalin e recomendava seu desligamento do governo e do Partido Comunista. No entanto, esse testamento só foi encontrado muitos anos depois, quando Stalin já estava no poder. Stalin tornou-se um ditador terrível, perseguindo todos os intelectuais que defendiam ideias marxistas. Na área educacional, ele proibiu a educação experimental, exigindo que as escolas oferecessem uma educação bem rígida, nos moldes da Igreja Ortodoxa Russa. Stalin fez um comunismo à moda ditadora de direita e não um comunismo à moda socialista de esquerda, como defendia Lenin. Seu nome verdadeiro era Dzhugashvili. Ele preferiu usar Stalin que quer dizer "homem de aço".

Posicionando-se contra a ditadura de **Benito Mussolini** (1883-1945),⁵ Gramsci desenvolveu a teoria da **hegemonia**⁶ e, por isso, passou vários anos na prisão, onde escreveu sobre a sociedade e a educação.

Dentre os participantes da Escola de Frankfurt, os líderes eram **Theodor Adorno** (1903-1969), **Walter Benjamin** (1892-1940) e **Herbert Marcuse** (1898-1979). Eles desenvolveram, a partir da influência da teoria marxista e do **Existencialismo**,⁷ o que se denomina **teoria crítica**.

Hoje, a pedagogia crítica se ocupa, além das teorias desenvolvidas pela Escola de Frankfurt, de aspectos como o multiculturalismo⁸ e luta pelo espaço social das chamadas "minorias". Os maiores representantes dessa pedagogia são Paulo Freire, Henry Giroux (1943-) e Peter McLaren (1948-).

A pedagogia crítica enfatiza o caráter político da escolarização:

- a escola deve ser uma agência difusora de conteúdos indissociáveis das realidades sociais;
- a escola é o lugar onde se deve exercitar a valorização prioritária do coletivo sobre o individual;
- a educação deve ser integrada ao processo histórico-social-político-econômico;

⁵ Para saber um pouco mais sobre a política de Mussolini, busque informações no seguinte endereço: http://www.historiaonline.pro.br/

⁶ Hegemonia é o domínio não pelo exercício da força, mas através de práticas sociais consensuais e estruturas sociais (limitadoras da vida do indivíduo) produzidas em arenas específicas, como o Estado, a escola, a mídia, etc. Práticas sociais se referem ao que as pessoas dizem e fazem. Hegemonia é um processo no qual as pessoas oprimidas participam em sua própria opressão. O grupo dominante é capaz de produzir sonhos e desejos para os dois grupos: dominado e dominante.

⁷ Segundo a filosofia existencialista, quando nascemos não somos nada. Passamos a ser enquanto vivemos. O filósofo mais importante do Existencialismo foi o francês Jean-Paul Sartre (1905-1980).

⁸O multiculturalismo abrange estudos sobre classe social, gênero, etnia, orientação sexual e educação especial.

- a sala de aula, como a sociedade, é uma arena de conflitos, onde as diferenças devem ser negociadas;
- a educação é política, e não há neutralidade docente;
- a escola deve preparar agentes para transformação social, seres da práxis.⁹

A pedagogia crítica questiona como e por que o conhecimento é construído da maneira como é e por que algumas construções da realidade são legitimadas e celebradas pela cultura dominante, enquanto outras claramente não são. A pedagogia crítica questiona como nossos entendimentos de senso comum diários são produzidos e vividos. (McLAREN, 1997, p. 202)

Até hoje, a educação passa por diversas alterações e crises, mas cada uma delas é fruto, certamente, da capacidade humana de criar, transformar, pesquisar e de tentar conhecer cada vez mais.

Desafio

Escolha algumas pessoas com as quais você tenha afinidade de pensamento — ideologia parecida — e tente formular uma proposta pedagógica, delineando:

- Filosofia da proposta Quais aspectos filosóficos você considera importantes para a pedagogia que está formulando agora?
- 2. Objetivos da proposta O que você acredita que os/as estudantes e docentes poderão realizar se forem submetidos à sua proposta pedagógica?

⁹ *Práxis* = Ação → Reflexão → Ação

Referências:

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, D.F., 29 nov. 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>. Acesso em: 31 maio 2005.

McLAREN, Peter. A Vida nas Escolas: Uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SILVA, Sonia. Valores em Educação: O problema da compreensão e da operacionalização dos valores na prática educativa. Petrópolis: Vozes, 1988.

TEIXEIRA, Anísio. *Pequena Introdução à Filosofia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.